



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco Ivo de Lima Portela".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 5 DE 28 DE ABRIL DE 2006

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua
Hora: 14,30

MEMBROS PRESENTES (32): Trinta e dois

*Dr. Sidónio Fernandes da Costa
João Luiz Alves Fiúza
Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins
Dr. José Ricardo da Costa Andrade
Dr^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues
Dr^a. Ana Cândida Branquinho Correia Relvas
Fernando de Carvalho Andrade
Dr. Vitor Fernando Fernandes Fidalgo
Serafim Ferreira Alexandre
Rui Brito Pereira
Prof. António Rodrigues Pais
Amílcar Castanheira Luís
António Santos Pinto
Joaquim Jorge Carvalho Pais
António Garcia da Cunha
Carlos Alberto Moreira
Américo Pegado Alves
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
Paulo Alexandre Cardoso Oliveira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente J. F. de Pinheiro de Coja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boavista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)
Vitor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)*

Presente também o Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Senhor Engº. Francisco Ivo de Lima Portela.

VEREADORES PRESENTES:

*José Alberto Pereira
Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Engº. José Alberto Pereira Vieira

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (4): Quatro

Amadeu Dinis Lopes da Fonseca

Maria Odete Simões Patrício

Joaquim Luís Almeida Gonçalves

Paulo Fernando Almas Veloso Marques

VEREADORES AUSENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Serafim Duarte Lopes Martins

Carlos António Tomás Ferreira

Após a chamada e uma vez verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I-APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2006

Pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade foi pedida a palavra, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia o qual solicitou que se rectificasse na 6ª página e aquando da sua intervenção, no ponto 3 do Período de antes da ordem do dia onde se lê “Chamou à atenção do Executivo Camarário, para a pavimentação das estradas entre Mouronho-Pereira e Alvoeira-Pereira, por se encontrarem em estado lastimoso. Pois, tem constatado que têm passado sucessivamente, de plano para plano, mas o que tem verificado, é que apenas são remendadas.”; passe a constar “Chamou à atenção do Executivo Camarário, para a pavimentação das estradas entre Mouronho - Pereira e Mouronho - Alvoeira, por se encontrarem em estado lastimoso. Pois, tem constatado que têm passado sucessivamente, de plano para plano, mas o que tem verificado, é que apenas são remendadas.”

Seguidamente e uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia usou da palavra, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi aceite a rectificação ora indicada ficando a constar da mesma e, posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros neste momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE a acta da Sessão Ordinária realizada em 24 de Fevereiro de 2006.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIACÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado a todos os Membros e que fica arquivado e à disposição de todos os Membros desta para consulta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Foi apresentada justificação de falta à Sessão do passado dia 24 de Fevereiro pelo Sr. Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins, a qual já foi objecto de apreciação, tendo sido considerada justificada; não foram apresentadas justificações de faltas à Sessão do passado dia 24 de Fevereiro pelos Srs. José Manuel Rodrigues Marques e Luís da Silva Borges Pereira.

Foi apresentada justificação de falta à reunião de hoje pelo Sr. Paulo Fernando Almas Veloso Marques, a qual foi considerada justificada pela Mesa da Assembleia e ficará arquivada no local próprio.

Foi pedida a palavra pela Directora do Grupo Municipal do P.S.D., Sr^a. Dr^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia e no uso dela apresentou, a constituição do Grupo Municipal do Partido Social Democrata nos termos do disposto no artº. 49º, do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, bem como o Membro daquele Grupo Municipal que se fará representar na Comissão Permanente, documento esse que ficará arquivado no local próprio.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi ainda referido o teor da resposta da Administração Regional de Saúde do Centro à comunicação desta Assembleia Municipal, da Moção votada na Sessão do passado dia 24 de Fevereiro; deu ainda conhecimento do teor da Circular 48/2006-PB, de 04/04/2006 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente à Lei 12/2004, de 30 de Março e a comunicação dos vencimentos e senhas de presença a pagar aos eleitos locais para o corrente ano de 2006.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi ainda referido que foi criada agora para esta Assembleia Municipal uma conta de E-mail para utilização deste órgão, podendo assim, toda a informação, ser endereçada ao Presidente da Assembleia Municipal de Tábua. A nova conta de E-mail criada é a seguinte: assembleia.municipal@cm-tabua.pt. Solicitou ainda aos Membros que possuam uma conta de E-mail o obséquio de a facultarem e assinalarem na Lista que circula pela sala para que também a Mesa da Assembleia Municipal de Tábua possa enviar correspondência aos seus Membros.

Finalmente, pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi dado conhecimento do teor do fax enviado pelo Sr. Vereador Carlos António Tomás Ferreira, que leu.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o seguinte ponto do período de antes da ordem do dia:

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTESSÍMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. António Santos Pinto, no uso dela questionou o Executivo Camarário sobre o lixo existente no local de “Poço do Gato”, onde é vazado diariamente. Pois, até viaturas velhas e abandonadas se encontram no local. Advertiu para a necessidade de avançar com o projecto de recolha de “monstros” nas freguesias, a fim de se pôr termo a estas situações desagradáveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela disse:

"A evocação da efeméride do 25 de Abril é inquestionavelmente uma obrigação nesta Casa, pese embora todas as vicissitudes que têm comprometido e até desvirtuado os ideais do movimento.

Sem esquecer a liberdade então conquistada, liberdade que é um dos maiores bens a que pode aspirar a vivência humana, a Revolução deixou-nos outra herança, não menos valiosa, ao ter aberto as portas da Esperança.

E essa Esperança residia primordialmente no combate às "desigualdades sociais" batalha que está longe de ser ganha, o que não só constrange os corações dos verdadeiros democratas, como acusa os políticos de se terem deixado subordinar ao poder económico.

Este evento terá necessariamente de revestir-se de alegria e não de frustração, pelo que não deveremos abdicar da luta, inclusive nesta Casa, por um Portugal onde todos tenham orgulho de ser Portugueses."

"A questão suscitada na ultima sessão desta Assembleia, quanto à "Abstenção" deve ser ou não considerada como intenção de voto, no uso da Declaração de Voto consagrada no Artigo 40º do Regimento, leva-nos a por em causa a interpretação dada pela Mesa.

Com efeito, o articulado em apreço não se resume ao invocado N.º1, havendo que ter em consideração todo o corpo do mesmo, o que nos conduz ao seu N.º3, cuja transcrição passamos a fazer textualmente: "Haverá tantas declarações de voto quanto os sentidos de voto manifestados".

Em nosso entender isto quer dizer que tanto votando a "favor", como votando "abstenção", como votando "contra", nada impede que se faça "Declaração de Voto"

De resto, se o Regimento tivesse a intenção de excluir a Abstenção do uso da Declaração de Voto, teria de seguir o exemplo do N.º 4 do Artigo 42º, em que diz que "As abstenções não contam para o apuramento da maioria", ou ainda o do N.º 4, do Artigo 44º, que refere que o "Direito à abstenção não será permitido sempre que se realize escrutínio secreto.

Sendo um entendimento consagrado que não se deve por na Lei aquilo que ela não diz, afigura-se-nos que a situação criada carece necessariamente de ser clarificada, o que deixo à consideração do Senhor Presidente desta Assembleia Municipal."

Dada a palavra ao Sr. Serafim Ferreira Alexandre, no uso dela quis saber, o que foi feito do fontanário que existia junto à antiga ponte sobre o Rio Mondego?

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Moreira, o qual no uso dela questionou o Executivo Camarário acerca da colocação de uma manilha, no poço existente sob a estrada entre Covas – Vila Nova de Oliveirinha, poço esse que fornece água ao fontanário, e que foi retirada do local por alguém, encontrando-se a céu aberto, ainda que, deveria responsabilizar-se quem pratica estes actos.

Dada a palavra à Srª. Drª. Ana Sofia Abreu Rodrigues, no uso dela congratulou-se com o facto, de se ter criado para esta Assembleia Municipal uma conta de E-Mail para utilização deste Órgão, sendo esta iniciativa tecnológica já usada noutras locais. Prosseguindo, alertou o Executivo Camarário para que, se fizesse recolha dos "monstros domésticos", baseando-se se possível, em modelos onde essa prática funciona e é exemplo.

É evidente, que as pessoas também deveriam ser responsabilizadas, pelo que deixam ao abandono, concluiu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Dada a palavra à Sr^a. D^a. Fernanda Costa Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Covas, no uso dela explicou que, o que se passou no "Poço do Gato" foi da responsabilidade do Clube Motorizado, aquando do evento com as viaturas Todo o Terreno. Foi-lhes dada autorização temporária, e que logo de seguida, fossem retiradas do local as viaturas velhas.

Informou que a Junta de Freguesia de Covas dispõe de um espaço localizado, onde são recolhidos uma vez por semana, os "monstros".

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra disse que na passada Sessão teve dúvidas sobre a declaração de voto de abstenção e daí haver remetido a deliberação para o plenário. Neste momento, não têm qualquer dúvida que a abstenção não é um sentido de voto, a abstenção é um não-voto; sentido de voto é votar a favor ou contra, admitindo que o Regimento da Assembleia Municipal de Tábua pode levar a alguma dúvida de interpretação. Concluindo, referiu que a legislação é clara quanto a esta matéria, prevendo apenas o voto de vencido e respectiva declaração.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Vice Presidente da Câmara, José Alberto Pereira para responder às questões colocadas, em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua o qual, no uso dela disse, quanto ao lixo depositado no local do "Poço do Gato", que a Senhora Presidente da Junta de Covas tinha informado o motivo por que isso sucedeu. Afirmou que efectivamente, era da responsabilidade do Clube Motorizado. Se mais alguma razão se apurasse, se tomariam as devidas providências. Sobre a questão aqui suscitada, do fontanário, que se encontrava junto à ponte velha do Rio de Mondego, informou que já lá não se encontra há mais de um ano. As águas subiram e acabou por ruir. Dos elementos que o constituíam, desconhecia o seu paradeiro.

Na sequência do uso da palavra do Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal de Tábua e a pedido deste, pelo Senhor Presidente da Assembleia e nos termos do artº. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, foi concedida a palavra ao Vereador Sr. Engº. José Alberto Pereira Vieira, para esclarecimentos, o qual no uso dela disse, que já tinha falado com alguns Presidentes das Juntas de Freguesia, para que disponibilizassem locais na sua freguesia, para recolha de "monstros domésticos". Embora, se tivesse deslocado outros casos, a espaços já reservados, para esse fim.

Quanto à questão levantada, nomeadamente sobre a manilha que foi retirada do local da estrada entre Covas - Vila Nova de Oliveira, informou que já estava resolvido o problema. Tinham mandado colocar no local uma pedra, para que não existisse perigo.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N^º 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada palavra à Sr^a. Dr^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues, no uso dela fez alusão ao "Regulamento de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais", como sendo uma excelente iniciativa, disponibilizando-se e também o seu grupo, para colaborarem com algumas sugestões, se lhes for permitido.

Frisou, que a Restauração da Comarca é um acontecimento marcante na história recente deste concelho, e deve ser valorizado. Mudar a data do "Feriado Municipal", não é solução, repensar os moldes em que deve ser comemorado, isso sim, concorda.

Dada palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela manifestou-se concordante em relação à postura do Senhor António Santos Pinto, perante questões por ele suscitadas na sessão anterior no contexto do URBCOM e as grandes superfícies comerciais.

Dada palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, no uso dela felicitou o Executivo Camarário, por ter aderido ao Projecto URBCOM – Estudo Global do Projecto de Urbanismo Comercial de Tábua, solicitando informação sobre a adesão ao mesmo.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder o qual no uso dela respondeu às questões colocadas pelos membros da Assembleia, considerando que a Restauração da Comarca, sendo uma data de grande relevo para os Tabuenses, no entanto, para o dia de Feriado Municipal não tem características populares. Há outras formas de o cativar. Dai que, surjam outras opiniões, para que a data do "Feriado Municipal" seja alterada.

Em relação ao Projecto URBCOM, disse que o objectivo era promover e dinamizar as estruturas comerciais e tradicionais da Vila de Tábua. Realçou a importância do Gabinete de Apoio ao Projecto URBCOM se encontrar disponível no Edifício Paços do Concelho, às 4as feiras no período da manhã, a partir do dia 12 de Abril, para prestar os devidos esclarecimentos e o apoio necessários à concretização das candidaturas dos comerciantes e sistemas de incentivos, no âmbito do mesmo projecto, com a permanência de Técnicos Superiores da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra.

No entanto, lamentou a pouca adesão do Comércio Local a este projecto.

No que concerne a este assunto, mencionou a constituição de uma "Unidade de Acompanhamento e Coordenação" – UAC, das áreas de intervenção dos projectos de urbanismo comercial dos Concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital, através de protocolos entre a ACIC, a Câmara Municipal de Tábua e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no sentido de promover a modernização das actividades empresariais do comércio e alguns serviços.

Na sequência do uso da palavra concedida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua e a pedido deste, pelo Senhor Presidente da Assembleia e nos termos do artº. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, foi concedida a palavra ao Vereador Sr. Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista, para esclarecimentos acerca do Regulamento Municipal de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais, o qual no uso da palavra disse que estava no período de discussão pública. Brevemente, o projecto iria ser apresentado, e que seriam convocados os Presidentes das Juntas de Freguesia, os responsáveis pelas I.P.S.S. e os líderes dos Grupos Municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

O Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que nenhum outro Membro quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

2- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ART. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, tendo já sido distribuída a sua informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No inicio deste ponto foi pedida a palavra por um Membro que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Dada palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela teceu observações, no sentido, do valor facturado ser superior à receita cobrada. No seu entender, em Tesouraria, não existiria dinheiro suficiente para fazer face a essas despesas, se porventura, todos os fornecedores simultaneamente, entendessem ver satisfeitos os pagamentos.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder o qual no uso dela respondeu á questão colocada, referindo os mesmos argumentos que anteriormente usara, informando que existem obras em curso. Só poderão cumprir com essas obrigações, depois do Estado proceder às transferências dos Fundos. Claro que, sem esse procedimento, nada é possível de imediato. Só em casos pontuais. Por sua vez, as obras não podem parar, acrescentou.

O Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que nenhum outro Membro quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

3- APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/ ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES / GRANDES OPCÕES DO PLANO /ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2006

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exm's. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Seguidamente foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia segundo a ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins, no uso dela disse que ao analisar as Grandes Opções do Plano para 2006, pareceu-lhe pouco ambicioso e de objectivos genéricos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Na sua opinião, apostar nos Parques Industriais citados, não é suficiente. Terá de haver mais ambição, e contemplarem-se outras empresas com este tipo de planos. Teve conhecimento, que estas infra-estruturas, só irão beneficiar as firmas Climax e Pavicer. Portanto não basta, nem se chega assim a lado nenhum, concluiu.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela disse: "A apreciação do Orçamento Previsional de Receitas e Despesas para o ano de 2006, leva-nos, logo à partida, ao reconhecimento da redução do seu montante global, situando-o ligeiramente abaixo dos verificados em 2003, 2004 e 2005.

Mesmo assim, a verba inscrita de 13.492.922,00 € afigura-se-nos demasiado optimista dentro da conjuntura actual e embora não se possa exigir ao Executivo que limite os seus horizontes à contra partida de meios efectivos já se pode e deve exigir que as intenções ou as aspirações subjacentes não entre no domínio do irrealista.

Pondo como termo de comparação o ano transacto, a diminuição verificada é na ordem dos 5%, com a particularidade duma subida, se bem que também ligeira, nas "Despesas Correntes", como que a dar razão de que o Estado é despesista.

Perante a aproximação dos montantes globais, não são notórias as oscilações na distribuição das verbas estimadas pelas correspondentes rubricas, embora não possamos deixar de lamentar o abaixamento das Transferências, quer de Capital quer Correntes, para as Juntas de Freguesia, de cerca de 30%, ou sejam menos 217.820,00 €.

Quanto às Grandes Opções do Plano para 2006, igualmente se constata um decréscimo de 686.893,00 €, relativamente ao ano de 2005.

No entanto há que salientar a aposta na "Protecção Civil e Luta Contra Incêndios" rubrica que vê subir a sua dotação de 155.000,00 € para 730.000,00 €, bem como a inclusão da rubrica "Infra-estruturas Industriais e Comerciais", com a verba de 252.000,00 €.

Em contrapartida os "Transportes Rodoviários", são os grandes sacrificados, com uma redução de 882.131,00 €, e estranhando-se, ainda, que tanto a rubrica "Ensino não Superior", com a da "Cultura" vejam diminuídas as suas dotações.

Outro reparo, que se torna pertinente face à ênfase que o Senhor Presidente da Câmara lhe está a dar, diz respeito à rubrica "Habitação", que no Plano de 2005 era contemplada com a verba de 548.000,00 € para o ano seguinte e agora em 2006 aparece com a verba definida de somente 50.000,00 €.

Em termos de maior repercussão não poderemos esconder a nossa preocupação com o "Saneamento Básico" que encontra uma dotação de 1.369.350,00 €, quando em 2005, praticamente com as mesmas perspectivas de realizações, era de 1.422.500,00€ o que quer dizer que neste campo, tão fundamental para a qualidade de vida, pouco ou nada se vem fazendo.

De igual modo nos preocupa a já referida substancial redução que incide na rubrica "Transportes Públicos", não tanto pelas vias de acesso mas principalmente pelo estado deplorável em que se encontram grande parte dos arruamentos no interior das povoações.

Em conclusão, esta é a visão que um tanto por amostragem fazemos do Orçamento e do Plano, ficando-nos a impressão de que deveria ter obedecido a critérios de ponderação e de objectividade mais nacionais."



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Dada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Moreira, no uso dela censurou a obra ainda em curso da Beneficiação da Estrada entre Candosa – Covas – Vila Nova de Oliveirinha, já abordada várias vezes em sessões da Assembleia Municipal, pelo seu complexo projecto, criticado não só pela maioria das pessoas, como também pelo próprio Técnico responsável da obra, Engenheiro Adão, da empresa adjudicatária.

Contestou ainda, os trabalhos executados nas bermas e valetas, no troço entre Covas – Vila Nova de Oliveirinha, dizendo que os mesmos não ficam em condições.

Dada a palavra ao Sr. António José Santos Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Carapinha, no uso dela disse, que após ter analisado o documento que se pretende aprovar, não viu contemplada a Junta de Freguesia da Carapinha, ficando preocupado. Nesse contexto, referiu que não era contra a Zona Industrial da Catraia de Mouronho mas na sua freguesia estavam instaladas há vários anos outras empresas e nunca foi resolvida essa situação.

Dada a palavra ao Sr. José Augusto Pereira Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Espariz, no uso dela disse que também tinha um reparo a fazer ao Executivo Camarário, acerca do Saneamento, embora reconhecesse que já muitos problemas tivessem sido resolvidos. Mas, pretendia saber qual a razão, de não ter sido marcada uma reunião previa para análise dos mesmos?

Pelo Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder o qual, no uso dela sublinhou que a acção da Autarquia, assenta principalmente, em quatro grandes objectivos sendo: a valorização do território com a promoção da qualidade de vida, mais educação, cultura, desporto e conhecimento; acelerar a economia promovendo o emprego e uma Acção Social activa. Concretizando, disse que essas acções, passam pela conclusão do PDM - Plano Director Municipal, cooperação com as Juntas de Freguesia do concelho, apoianto-as, dentro das possibilidades da Autarquia; conclusão do Pavilhão Multiusos; construção da Escola Básica Integrada em Mouronho; construção dos novos Parques Industriais de Sinde, Mouronho e Fonte Arcada; continuar a apoiar as Freguesias com Centros de Dia e ampliar a ETAR de Tábua.

Em resposta ao Senhor Dr. Rangel, pelo teor da sua observação, informou que tem investidores, tanto para o Parque Industrial de Mouronho, como para o de Tábua.

Ainda sobre os processos das empreitadas disse que, têm de ser submetidos à aprovação do Tribunal de Contas, se não forem visados, não se pode pagar aos Empreiteiros.

Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia a extracção de certidão da acta na parte das declarações prestadas neste ponto pelo membro da Assembleia Municipal de Tábua, Sr. Carlos Alberto Moreira acerca da obra ainda em curso da estrada entre Candosa – Covas – Vila Nova de Oliveirinha, para apuramento de responsabilidades no que se refere às declarações do Engenheiro Adão.

Seguidamente foi dada a palavra, pelo Senhor Presidente da Assembleia, à Directora do Grupo Municipal do P.S.D., Sr^a. Dr^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues, a qual no uso dela questionou o executivo Camarário acerca do motivo que levou o Tribunal de Contas a não visar os trabalhos a mais da obra em causa.

Pelo Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e a pedido deste, pelo Senhor Presidente da Assembleia e nos termos do Artigo 23.^º, n.^º3º do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, foi concedida a palavra ao Vereador Senhor Eng.^º José Alberto



(Signature)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pereira Vieira, para esclarecimentos, o qual se referiu ao facto, do Parque Industrial da Carapinha não estar ainda legalizado.

Na sequência de uma conversa já tida com o Senhor Presidente da Câmara de Arganil, este mostrou-se interessado em fazer a junção do Parque Industrial da Carapinha com o do seu concelho, justificando o facto, pela falta de espaço no seu território. Por isso, manifestou o interesse em convocar uma reunião com a Câmara de Tábua, para conjuntamente partilharem as suas opiniões.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado é o Plano Plurianual de Investimentos, Actividades Mais Relevantes, Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2006, conforme documentos apresentados e que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que consubstanciam os principais projectos e objectivos a alcançar ao longo do ano 2006, sendo que o orçamento da receita e da despesa apresentam um montante global de 13.492.922,00 € (treze milhões quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e vinte e dois euros).

Postas à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Seis;

ABSTENÇÕES: Uma;

VOTOS A FAVOR: Vinte e quatro;

APROVADA POR MAIORIA as propostas apresentadas, ou seja, o Plano Plurianual de Investimentos, Actividades Mais Relevantes, Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2006, conforme documentos apresentados e que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que consubstanciam os principais projectos e objectivos a alcançar ao longo do ano 2006, sendo que o orçamento da receita e da despesa apresentam um montante global de 13.492.922,00 € (treze milhões quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e vinte e dois euros).

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4- AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar a proposta apresentada, o qual pediu a colaboração do Sr. Dr. José Afonso, Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia acedeu, o qual prestou os devidos esclarecimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos quaisquer esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado é, conforme consta da informação n.º 02/A.V./J.A/06, de 06 de Janeiro p.p. do Departamento Administrativo e Financeiro, aprovada em minuta em Reunião de Câmara Ordinária de 12 de Abril p.p., documentos que se dão por reproduzidos, relativa à contratação de empréstimo a curto prazo para colmatar despesas inadiáveis que surgem durante a fase de execução do Orçamento, previstos na Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais), até ao limite de 530.128,40€, bem como conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para negociar e contratar o respectivo empréstimo em representação da Câmara Municipal.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

VOTOS A FAVOR: Trinta e um;

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, a adjudicação do Empréstimo Financeiro a Curto Prazo, conforme consta da informação n.º 02/A.V./J.A/06, de 06 de Janeiro p.p. do Departamento Administrativo e Financeiro, aprovada em minuta em Reunião de Câmara Ordinária de 12 de Abril p.p., documentos que se dão por reproduzidos, para colmatar despesas inadiáveis que surgem durante a fase de execução do Orçamento, previstos na Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais), até ao limite de 530.128,40€, incluindo conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para negociar e contratar o respectivo empréstimo em representação da Câmara Municipal.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

5- APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2005

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exm's. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Foi pedida a palavra por um Membro que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela disse: "De acordo com a previsão orçamental para o ano de 2005, cujo balanço está em apreço, o seu montante global atingiu 14.322.519,00 €.

O fecho de contas aponta para um envolvimento financeiro de 9.550.930,00 €, o que na nossa leitura representa um grau de execução na casa dos 66%, um pouco melhor do que no ano transacto, mas beneficiando do transporte da verba de 400.000,00 € que já não chegou a tempo de nele ser aplicado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Contrariamente aos suportes de que o órgão Câmara se socorre nos seus cálculos percentuais, não consideramos as cabimentações e os compromissos por quanto embora se tratam de indicadores com algum interesse, o que está em causa, na nossa opinião, é fazer uma avaliação um termos de concretização efectiva.

Nesta avaliação também somos contrários ao critério adoptado de comparação dos resultados com os do ano anterior, pois a haver comparação esta deve incidir com as estimativas previstas no Orçamento para o próprio ano.

Dentro deste contexto e entrando numa análise de algum pormenor, não poderemos deixar de referir vários aspectos de estimativas mal calculadas, mesmo tendo em conta que o Orçamento é previsional, o que não o isenta de ser tanto quanto possível realista.

Assim, nas Receitas Correntes, foram previsionados 217.353,00 € para "Impostos Indirectos" quando só se cobraram 79.119,00 €, para "Taxas, Multas e Outras Penalidades" 331.000,00 € apenas se tendo atingido 206.658,00 €, mas o mais gravoso foi estimarem-se 796.124,00 € para "Venda de Bens e Serviços Correntes", chegando aos cofres somente 72.352,00 €.

Já no capítulo de "Receitas de Capital" abstraindo as "Transferências de Capital", provenientes que são do "Orçamento de Estado", embora acusando uma diminuição de quase dois milhões e meio de euros, ressalta o desequilíbrio verificado entre o valor de 36.925,00 € apurado na rubrica "Venda de Bens de Investimento", cuja previsão era de 1.183.250,00 €.

Passando às "Despesas Correntes", a diferença entre as estimativas e o efectuado não é significativa, até inteiramente admissível, já o mesmo não se podendo dizer em relação às "Despesas de Capital".

Com efeito, com uma dotação de 7.271.937,00 € para "Investimentos" estes quedaram-se em 3.141.337,00 € do que resulta ter-se ficado a 43% das intenções programadas, o que traduzido para "desenvolvimento" deixou o concelho mais um ano a passo de caracol.

Em conclusão, temos de admitir que o exercício de 2005, ficou aquém do que seria legítimo esperar e desejar."

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Engº. Francisco Ivo de Lima Portela, o qual no uso dela disse que atingiu um elevado grau de execução.

Foi ainda solicitada a intervenção do Sr. Dr. António Vaz, Chefe de Divisão da D.G.F., que prestou os devidos esclarecimentos.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tábua relativos ao ano económico de 2005 que se dão por integralmente reproduzidos, tendo sido aprovados pelo Executivo Camarário em reunião extraordinária de 21 de Abril de 2006.

Postas à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Seis;

VOTOS A FAVOR: Vinte e quatro;

APROVADA POR MAIORIA a proposta apresentada, ou seja, o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tábua relativos ao ano económico de 2005 e que se dão por integralmente reproduzidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

6- APROVAÇÃO DO NOVO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados, os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pela Srª. Drª. Ana Sofia Abreu Rodrigues, Directora do Grupo Municipal do P.S.D., foi pedida a palavra a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que a reformulação pretendida do Quadro de Pessoal em vigor não correspondia à realidade dos Serviços. Tanto assim, que os candidatos que se propõem à celebração de contratos de trabalho, muitas vezes, nem sequer, correspondem às exigências do mercado.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, o qual no uso dela disse, que o que importa é reformular o Quadro em vigor, de acordo com a entrada em vigor da nova Lei, para se poderem celebrar contratos de trabalho, quando também se apresenta para aprovação o Regulamento de Selecção para Celebração de Contratos Individuais de Trabalho por Tempo Indeterminado.

Pedi a colaboração do Sr. Dr. José Afonso, Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia acedeu, tendo prestado os devidos esclarecimentos.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Tábua conforme consta dos documentos e Mapa do Quadro de Pessoal apresentados e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, aprovada em minuta em Reunião de Câmara Extraordinária de 21 de Abril p.p., bem como a revogação do Quadro de Pessoal existente e publicado no Diário da República, Apêndice nº 64, II Série, nº 94, de 22 de Abril de 2003.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Seis;

VOTOS A FAVOR: Vinte e quatro.

APROVADA POR MAIORIA a proposta apresentada, ou seja, o novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Tábua conforme consta dos documentos e Mapa do Quadro de Pessoal apresentados e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, aprovada em minuta em Reunião de Câmara Extraordinária de 21 de Abril p.p., revogando assim o Quadro de Pessoal existente e que foi publicado no Diário da República, Apêndice nº 64, II Série, nº 94, de 22 de Abril de 2003.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

7- REGULAMENTO INTERNO DE SELECCÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados, os quais já foram distribuídos aos Exm's. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pela Sr^a. Dr^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues, Directora do Grupo Municipal do P.S.D., foi pedida a palavra a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que esta Lei era a pior de todas, em termos de Selecção para Celebração de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado. Censurou, os métodos de selecção nalgumas alíneas do Artigo 5.º, nomeadamente a “Entrevista”, por quanto as Câmaras Municipais têm que seguir esta legislação.

Seguidamente foi pedida a palavra pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que a “Entrevista”, é um método muito subjectivo. Em sua opinião, deveria haver outro método de selecção complementado com a entrevista, com qualquer outro escolhido pelo júri. Referiu-se ainda à publicitação nos jornais regionais e nacionais.

Seguidamente foi pedida a palavra pelo Sr. Dr. José Ricardo da Costa Andrade, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que a “Entrevista” pode ser um método de selecção muito bom para o recrutamento de pessoal, tendo em atenção, a forma como é feita.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Regulamento Interno de Selecção para a Celebração de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado, conforme consta do documento apresentado e que aqui se dá por integralmente reproduzido, aprovado em minuta em Reunião de Câmara Extraordinária de 21 de Abril de 2006.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Seis;

ABSTENÇÕES: Duas;

VOTOS A FAVOR: Vinte e um.

APROVADA POR MAIORIA a proposta apresentada, ou seja, o Regulamento Interno de Selecção para a Celebração de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado, conforme consta do documento apresentado e que aqui se dá por integralmente reproduzido, aprovado em minuta em Reunião de Câmara Extraordinária de 21 de Abril de 2006.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

8- ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar a proposta apresentada, o que fez.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos quaisquer esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Regulamento da Biblioteca Municipal com as alterações que lhe foram introduzidas, conforme consta do documento apresentado a esta Assembleia Municipal de Tábua e que se dá por integralmente reproduzido, aprovado em minuta em Reunião de Câmara Ordinária de 19 de Abril de 2006.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

VOTOS A FAVOR: Vinte e nove.

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o Regulamento da Biblioteca Municipal com as alterações que lhe foram introduzidas, conforme consta do documento apresentado a esta Assembleia Municipal de Tábua e que se dá por integralmente reproduzido, aprovado em minuta em Reunião de Câmara Ordinária de 19 de Abril de 2006.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

9- CESAB – CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE / RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DE GESTÃO DE 2005

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Membros para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

aos Deputados Municipais se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.

Uma vez que não foram solicitados quaisquer esclarecimentos o Sr. Presidente da Mesa passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos uma vez que este ponto se destina apenas a mera informação do executivo Camarário.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

10 –ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO / PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2006

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Membros para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Deputados Municipais se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.

Uma vez que não foram solicitados quaisquer esclarecimentos o Sr. Presidente da Mesa passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos uma vez que este ponto se destina apenas a mera informação do executivo Camarário.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

11– ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO / RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2005

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Membros para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Deputados Municipais se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.

Uma vez que não foram solicitados quaisquer esclarecimentos o Sr. Presidente da Mesa passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos uma vez que este ponto se destina apenas a mera informação do executivo Camarário.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção do público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta que foi redigida pela Sr^a. D^a. Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Sidónio Fernandes da Costa, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Sidónio Fernandes da Costa)

O Primeiro Secretário:

(João Luís Alves Fiúza)

O Núcleo de Apoio:

(Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte)